



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**RESOLUÇÃO N.º 007/2003**

Dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, e dá outras providências.

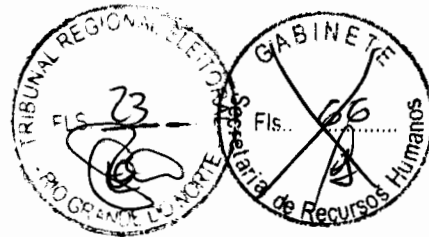
**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 41, caput, §1º, III e § 4º da Constituição Federal, com a redação dada pelo art. 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 e no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, **RESOLVE**:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** - O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, cumprirá o estágio probatório, pelo período de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação.

**Parágrafo Único** – A avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, reger-se-á pelas disposições constantes desta Resolução.



# **PODER JUDICIÁRIO**

## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

### **CAPÍTULO II**

#### **DA GESTÃO DO DESEMPENHO**

##### **Seção I**

##### **Do Programa de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório**

**Art. 2º** - Fica instituído, na forma de Anexo desta Resolução, o Programa de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório – PADEP, a ser aplicado aos servidores em estágio probatório.

**Art. 3º** - O PADEP tem por finalidade planejar, acompanhar, avaliar, orientar e aprimorar o desempenho do servidor em estágio probatório nas atribuições inerentes ao cargo efetivo.

##### **Seção II**

##### **Das Etapas de Avaliação**

**Art. 4º** - A Avaliação far-se-á em quatro etapas, respectivamente, no sexto, décimo segundo, décimo oitavo e trigésimo mês, após o início do exercício no cargo, de acordo com as disposições do Programa de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório e observados os seguintes fatores:

- I - ASSIDUIDADE**
- II - DISCIPLINA**
- III - CAPACIDADE DE INICIATIVA**
- IV - PRODUTIVIDADE**
- V - RESPONSABILIDADE**

##### **Seção III**

##### **Dos Instrumentos Operacionais**

**Art. 5º** - O desempenho do servidor em estágio probatório será acompanhado durante todo o interstício, sendo apurado e ponderado de acordo com os critérios definidos no Programa de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, através dos seguintes formulários:

- I – Formulário de Negociação de Desempenho**
- II - Formulário de Avaliação de Desempenho**
- III - Formulário de Identificação dos Obstáculos ao Desempenho Satisfatório**
- IV - Formulário Plano de Desenvolvimento do Servidor Avaliado**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Parágrafo único** - Os formulários preenchidos pelo avaliador deverão ser encaminhados à Seção de Acompanhamento e Avaliação/CTD/SRH, até o quinto dia útil subsequente à data de recebimento dos mesmos, com o devido "ciente" do avaliado.

**Seção IV**  
**Dos Avaliadores**

**Art. 6º** - Caberá ao titular do Cargo em Comissão ou Função Comissionada realizar a Avaliação de Desempenho do servidor que lhe esteja diretamente subordinado

**§1º** - O servidor que, no período da Avaliação, houver trabalhado sob a direção de mais de uma chefia, será avaliado por aquela à qual esteve subordinado por mais tempo.

**§2º** - A Avaliação do servidor que se encontrar cedido ou à disposição de outros órgãos, será realizada por sua chefia imediata que receberá os formulários remetidos pela Coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento, através da Seção de Acompanhamento e Avaliação, com as instruções e orientações para preenchimento.

**Seção V**  
**Da Apuração do Resultado Final**

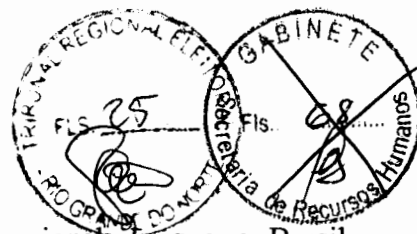
**Art. 7º** - Será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que, no cálculo do resultado final (após a quarta etapa de avaliação), obtiver média igual ou superior a 108 pontos.

**Art. 8º** - A apuração dos resultados das avaliações, bem como a elaboração do parecer técnico sobre a aptidão ou não do servidor avaliado, serão realizados pela Seção de Acompanhamento e Avaliação/CTD/SRH.

**Seção VI**  
**Da Interrupção do Estágio Probatório**

**Art. 9º** A avaliação do servidor será interrompida em decorrência da suspensão do período do estágio probatório, em virtude de licenças e afastamentos, conforme dispõe o § 5º do art. 20 da lei n.º 8.112 de 11/12/1990:

I – licença por motivo de doença em pessoa da família;



- II – licença por motivo de afastamento do cônjuge;
- III – licença para atividade política;
- IV – afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere;
- V – participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

**Parágrafo único:** O período do estágio probatório será retomado a partir do término do impedimento.

### CAPÍTULO III

#### DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

**Art. 10** - A Comissão Especial de Avaliação, composta de cinco membros, será presidida pelo Diretor-Geral, sendo integrada pelo Secretário de Recursos Humanos, ambos na qualidade de membros natos, e por mais um Secretário ou Coordenador deste Tribunal, além de dois servidores efetivos, em sistema de rodízio bianual, todos designados pelo Presidente, por indicação do Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal.

**Art. 11** – Compete à Comissão Especial:

- I - Zelar pela observância dos critérios previstos nesta Resolução;
- II- Apreciar recursos interpostos pelo servidor.
- III- Emitir parecer conclusivo sobre a aprovação ou não do servidor no estágio probatório, quando da interposição de recurso.
- IV - Submeter os processos à homologação do Presidente;
- V - Decidir sobre os casos omissos não previstos nesta Resolução.

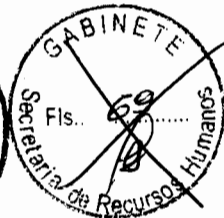
§ 1º - Quatro meses antes de findo o período de estágio probatório, a Comissão Especial submeterá à homologação do Desembargador Presidente as Avaliações de Desempenho dos servidores, sem prejuízo da continuidade ou da apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do artigo 4º desta Resolução.

§ 2º - Após apreciação pelo Presidente, os processos de Avaliação de Desempenho serão remetidos à Seção de Acompanhamento e Avaliação para que aguarde o período final do estágio probatório, quando então serão enviados à Presidência, para fins de homologação final.

### CAPÍTULO IV

#### DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS

**Art. 12** - O servidor que não concordar com os resultados de suas avaliações tem o direito de pedir reconsideração dos mesmos, dirigindo-se ao avaliador, dentro do prazo de trinta dias, a contar da ciência de cada avaliação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Parágrafo único** - O avaliador tem o prazo de cinco dias úteis, para responder ao pedido de reconsideração, enviando os formulários próprios à Seção de Acompanhamento e Avaliação.

**Art. 13** - Fica assegurado ao servidor, o direito de recorrer dos resultados de suas avaliações nas diferentes etapas, dirigindo-se à Comissão Especial, dentro do prazo de trinta dias, a contar da ciência dos resultados e uma vez negados seus pedidos de reconsideração.

**§ 1º** - A Comissão Especial tem o prazo de dez dias para responder ao recurso interposto pelo servidor.

**§ 2º** - Será indeferido liminarmente o recurso que for interposto fora do prazo.

**CAPÍTULO V**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14** - Caberá à Coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento, através da Seção de Acompanhamento e Avaliação, a implantação e execução do Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores em estágio probatório, conforme o previsto no Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal.

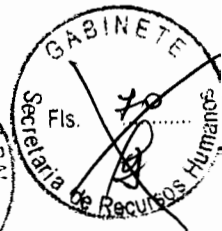
**Parágrafo único** - A implantação e execução referidas no caput são de caráter técnico e obedecerão ao Programa de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, elaborado pela Seção de Acompanhamento e Avaliação/CTD/SRH.

**Art. 15** - Aplica-se o período do estágio probatório de 36 (trinta e seis) meses aos servidores que entraram em exercício após 05 de junho de 1998.

**Art. 16** - Os atos de homologação da avaliação e da aprovação do estágio probatório, serão lançados nos assentamentos funcionais do servidor.

**Art. 17** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

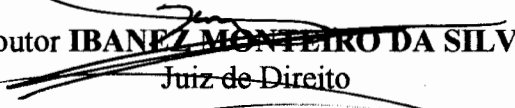
Sala das Sessões do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, em Natal, 17 de junho de 2003.

  
Desembargador **CRISTÓVAM PRAXEDES**  
Presidente

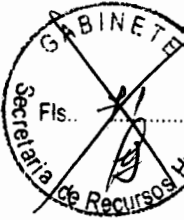
  
Desembargador **RAFAEL GODEIRO SOBRINHO**  
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

  
Doutor **FRANCISCO BARROS DIAS**  
Juiz Federal

  
Doutor **CARLOS ADEL TEIXEIRA DE SOUZA**  
Juiz de Direito

  
Doutor **IBANEZ MONTEIRO DA SILVA**  
Juiz de Direito

  
Doutor **PAULO FRASSINETI DE OLIVEIRA**  
Jurista



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

  
Doutor **HERIBERTO ESCOLÁSTICO BEZERRA**  
Jurista

  
Doutor **ROGÉRIO TADEU ROMANO**  
Procurador Regional